

Piso estadual deve ser baixo

MARTA SALOMON
da Sucursal de Brasília

Quando entrarem em vigor, os novos pisos salariais estaduais deverão aumentar as desigualdades e a distância salarial entre as regiões do país.

Para atrair investimentos, governadores dos Estados mais pobres serão pressionados a manter os pisos próximos do salário mínimo nacional, prevêem os próprios autores da fórmula.

As chances de a idéia sair do papel neste ano são remotas. O piso estadual depende da aprovação de uma Lei Complementar no Congresso em pleno ano eleitoral e, depois disso, serão necessárias leis nos Estados.

Estados como São Paulo, onde quase ninguém mais ganha o salário mínimo, deverão aprovar um piso salarial mais alto. Já o Piauí, por exemplo, onde 40% dos trabalhadores ganham menos do que o mínimo, dificilmente aumentará o piso.

"Não se trata de um efeito colateral negativo, mais de uma consequência positiva desejada", avaliou o economista José Márcio Camargo, professor da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro.

"Estados menos desenvolvidos, com um piso menor, poderão atrair investimentos para diminuir as desigualdades", disse Camargo. "Os Estados que tiverem pisos maiores podem perder investimentos", completou.

Camargo calcula que as empresas deverão considerar o piso estadual na hora de investir. Isto deve se refletir em um aumento da responsabilidade dos governadores na hora de propor o valor mínimo a ser pago também aos trabalhadores da iniciativa privada.

Em São Paulo, o salário médio é cinco vezes o mínimo: R\$ 685,74. Em compensação, entre as capitais, a paulista detém um dos mais altos custos da cesta básica.

Rio Grande do Norte e Piauí têm custo de vida mais baixo, mas o salário médio pago nos Estados não chega a dois mínimos (R\$ 248,90 e R\$ 236,47, respectivamente).

Idéia não é nova

A regionalização do salário mínimo é uma idéia antiga. Foi discutida intensamente dentro do governo durante os últimos três meses.

O presidente Fernando Henrique Cardoso havia encomendado à equipe uma alternativa para aumentar o salário mínimo e ao mesmo tempo driblar o impacto no custo do pagamento de aposentadorias e pensões.

A desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo foi logo descartada porque enfrentava resistências políticas consideradas insuperáveis. A desvinculação significaria o achatamento da remuneração paga a mais de 12 milhões de aposentados e pensionistas.

Experiência internacional

Retomou-se então o debate da fixação de salários mínimos regionais. "Nenhum grande país do mundo tem salário mínimo unificado nacionalmente", argumentou José Márcio Camargo, que trabalhou em dupla com outro economista, Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

O trabalho foi coordenado pelo secretário de Planejamento e Avaliação do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo. Contou com retoques finais do ministro Francisco Dornelles (Trabalho).